

**O PARADOXO ENTRE A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA E
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**
***THE PARADOX BETWEEN BRAZILIAN AGRICULTURAL PRODUCTION AND
FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY***

Marina Cardoso dos Santos. Acadêmica do Curso de Agronomia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Bento Gonçalves.
contato.marinacrd@gmail.com

Gabrielle Bresolin. Acadêmica do Curso de Agronomia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Bento Gonçalves.
bresogabrielle@gmail.com

Alexandre da Silva. Professor Dr. do Curso de Agronomia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Bento Gonçalves.
alexandre.silva@bento.ifrs.edu.br

Paulo Roberto Wünsch. Professor Dr. do Curso de Agronomia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Bento Gonçalves.
paulo.wunsch@bento.ifrs.edu.br

GT 10 - Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutricional e Dinâmicas de Consumo

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o cenário produtivo agropecuário brasileiro e suas aproximações e/ou distanciamentos dos indicadores de segurança alimentar e nutricional da população. Por meio de uma pesquisa de cunho bibliográfico, observou-se que o Brasil é um grande produtor e exportador de commodities agrícolas, destacando-se em itens como soja, café, suco de laranja, açúcar, frango e carne bovina. Entretanto, em termos de produção de alimentos básicos às dietas, a produção oriunda da agricultura familiar se mostra mais proeminente. Em tal contexto se manifesta o paradoxo entre produção agropecuária e segurança alimentar e nutricional no Brasil. Sendo assim, o estudo detecta os avanços e retrocessos em termos de conjuntura institucional voltada ao sistema alimentar brasileiro e suas inconsistências. Portanto, mesmo sendo um grande produtor de alimentos, o Brasil ainda enfrenta níveis de insegurança alimentar e os estudos abordados justificam essa situação, em grande parte, ao modelo agroexportador e suas influências nas demais esferas da sociedade.

Palavras-chave: Produção Agropecuária; Segurança Alimentar; Agronegócio; Agricultura Familiar.

Abstract

The objective of this study is to analyze the Brazilian agricultural production scenario and its similarities and/or differences in relation to the food and nutritional security indicators of the population. Through bibliographic research, it was observed that Brazil is a major producer and exporter of agricultural commodities, standing out in items such as soybeans, coffee, orange juice, sugar, chicken and beef. However, in terms of the production of basic foods for diets, production originating from family farming is more prominent. In this context, the paradox between agricultural production and food and nutritional security in Brazil becomes evident. Therefore, the study detects the advances and setbacks in terms of the institutional situation focused on the Brazilian food system and its inconsistencies. Therefore, even though it is a major food producer, Brazil still faces levels of food insecurity, and the studies discussed justify this situation, in large part, to the agro-export model and its influences on other spheres of society.

Keywords: Agricultural Production; Food Security; Agribusiness; Family Farming.

1. Introdução

A produção agropecuária brasileira desempenha um papel expressivo tanto em âmbito nacional quanto no cenário global, consolidando o Brasil como um dos maiores produtores e exportadores do mundo. Com uma crescente vocação voltada para o chamado agronegócio, o país tem alcançado desempenhos que o posicionam como um ator de destaque nos mercados internacionais, sendo o maior produtor de soja, café, suco de laranja e açúcar, assim como é o segundo maior produtor mundial de carne bovina e de frango.

No entanto, esse cenário de avanços no setor agropecuário convive com uma realidade contraditória: a insegurança alimentar e nutricional que afeta milhões de brasileiros, mesmo em um país de alto desempenho em suas lavouras e rebanhos. Dessa forma, apesar de possuir expertise agrícola e ser um dos principais agroprodutores do mundo, uma parcela significativa da população ainda enfrenta dificuldades de acesso a alimentos saudáveis e nutritivos (Maciel; Troian; Oliveira, 2022).

Em tal escopo, a conexão entre a produção agropecuária e a segurança alimentar e nutricional está no centro das discussões emergentes sobre o futuro do desenvolvimento sustentável no país - o qual perpassa o bem-estar social em seu sentido mais amplo. Dessa forma, parece existir um paradoxo em relação às perspectivas de desenvolvimento defendidas por Sen (2010), haja vista que os números dão indícios de realizações produtivas primárias e até uma possibilidade de riqueza econômica, no entanto, não se materializam em sistêmica possibilidade de viver na forma como se gostaria, partindo das necessidades nutricionais básicas.

Depreende-se, então, que em um mundo onde a população cresce rapidamente e os efeitos das mudanças climáticas se tornam mais evidentes, garantir alimentos suficientes e de qualidade para todos é um desafio complexo. Em tal cenário, o Brasil se mostra como um potencial ator prol do enfrentamento de realidades caóticas, no entanto, ainda com grandes mazelas a serem enfrentadas (Sutton; Lotsch; Prasann, 2024).

O contraste entre o crescimento da produção agropecuária e os desafios internos relacionados à fome e à desigualdade social evidencia tal complexidade da questão alimentar no país. O tema segurança alimentar e nutricional é explorado como resultado do surgimento de uma série de questões que vão desde a preocupação com a avaliação do impacto das políticas públicas de combate à fome e à insegurança alimentar, até debates mais recentes sobre a expansão da produção de biocombustíveis e possíveis reflexos na oferta global de alimentos (Nascimento, 2019).

Conforme apontado por Strassburg *et. al.* (2015), o foco da produção agropecuária em monoculturas destinadas ao mercado externo, como a soja, tem limitação de sua contribuição para a segurança alimentar local. Enquanto os produtos de exportação ganham espaço, culturas essenciais como o arroz e o feijão enfrentam uma redução significativa, impactando diretamente a dieta de milhões de pessoas. Além disso, a produção de commodities aumenta a demanda por terras e insumos agrícolas, impactando os custos de cultivos da dieta diária da população e afetando, por conseguinte, seus preços (Flexor; Kato; Leite, 2022).

Agregando-se aos impactos supracitados, Santos (2006) acrescenta um importante tópico sobre como as tecnologias modernas transformaram as paisagens rurais e os sistemas agroalimentares. O autor alerta que essas mudanças frequentemente desestabilizam práticas agrícolas tradicionais, essenciais para as comunidades locais, ao priorizar grandes escalas e mercados globais.

Frente ao panorama “posto em tela”, o objetivo deste trabalho é o de realizar uma revisão, tendo como base publicações científicas e dados secundários sobre a produção agropecuária brasileira e a segurança alimentar e nutricional com vistas a demonstrar e analisar

a situação nacional em tais aspectos. Para tanto, no tópico a seguir se debruça em demonstrar o cunho bibliográfico da pesquisa. Em seguida, busca manifestar e analisar as construções acerca da produção agropecuária brasileira (item 3). No quarto tópico, é realizada uma dissertação sobre os conceitos inerentes à segurança e insegurança alimentar e nutricional no âmbito dos sistemas alimentares. No subitem 5 se demonstram os resultados construídos acerca da situação alimentar brasileira em contraposição com os dados de produção; conjugando, assim, os elementos constitutivos anteriores. Por fim, é construído o fechamento deste trabalho com suas principais contribuições e extratos analíticos.

2. Procedimentos metodológicos

O trabalho desenvolvido se enquadra como uma pesquisa descritiva analítica, a qual, de acordo com Cervo e Bervian (1996), parte de observações, registros e análise de fatos, fenômenos ou dados sem a manipulação direta. Santos (2007) complementa apontando que a pesquisa descritiva analítica é o levantamento das características conhecidas que compõem um fato, fenômeno ou processo e baliza direcionamentos acerca desse fenômeno ou processo.

Em relação ao procedimento da coleta dos dados utilizados, essa é uma pesquisa bibliográfica. O cunho bibliográfico da pesquisa remete ao termo bibliografia que, de acordo com Santos (2007), diz respeito a um conjunto de materiais escritos (gráfica ou eletronicamente) a respeito de um assunto; sendo uma preciosa fonte de informações que contém dados já organizados e analisados.

Tal pesquisa se caracteriza e se define, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), como uma pesquisa de fontes secundárias que abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, indo desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, até meios de comunicação orais como rádio, gravações, etc. Atualmente, não podem ser desprezados do processo de pesquisa bibliográfica os materiais digitalizados e em meio eletrônico, dado o contexto contemporâneo de disponibilidade de informações.

Essa sentença é corroborada por Santos (2007) ao dissertar que fontes bibliográficas são também websites, relatórios de simpósios/seminários, anais de congressos, etc. A utilização total ou parcial de quaisquer dessas fontes caracteriza a pesquisa como uma pesquisa bibliográfica. Atualmente, qualquer necessidade humana, conhecida ou pressentida, tem algo escrito a seu respeito, fazendo com que a pesquisa embasada em bibliografia ganhe importância quando submetida a uma análise crítica. E é esse o escopo deste trabalho.

3. Dissertando sobre a produção agropecuária brasileira

O Brasil é um proeminente agroprodutor e agroexportador em nível mundial, sendo um dos maiores *players* nos mercados de commodities agrícolas da atualidade. Devido especialmente ao seu clima e recursos naturais, aliados à tecnologia, o país apresenta vantagens competitivas na atuação em mercados internacionais. Em tal contexto, a agropecuária brasileira tem apresentado um crescimento significativo, posicionando o país como um potencial líder global no fornecimento de alguns produtos agropecuários no futuro. O otimismo em relação ao avanço da produção agropecuária no Brasil é impulsionado principalmente por analistas que defendem uma possível expansão do mercado interno, pelo aumento da demanda internacional através das exportações e pelos aprimoramentos na produtividade (Brasil, 2024a; Maciel *et. al.*, 2022).

Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2024), o Brasil é o maior produtor de soja, café, suco de laranja e açúcar, e o segundo maior produtor no ranking mundial quanto à produção de frango e carne bovina. Além disso, o país é o maior exportador mundial de todos os produtos citados anteriormente. Em relação a números, 58,0% da soja produzida no Brasil é exportada, 30,0% do café, 75,8% do suco de laranja, 48,2% do açúcar, 35,5% da carne de frango e 24,6% da carne bovina também são exportados, conforme exposto na Figura 1.

Figura 1: Números atuais de produção e exportação de alguns produtos brasileiros

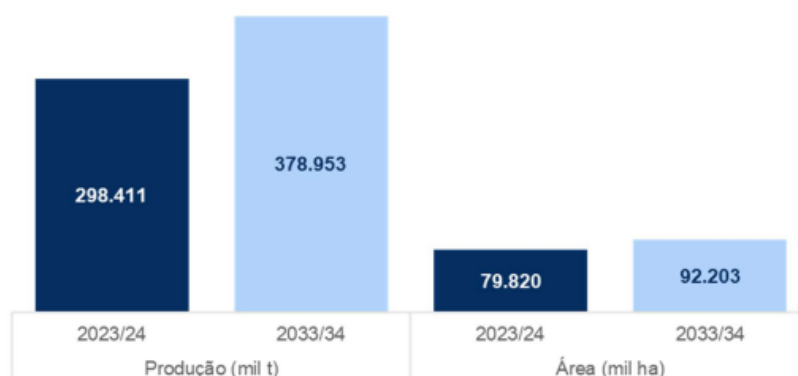
	 Soja	 Café	 Suco de Laranja	 Açúcar	 Carne de Frango	 Carne Bovina
Produção	MAIOR PRODUTOR MUNDIAL	MAIOR PRODUTOR MUNDIAL	MAIOR PRODUTOR MUNDIAL	MAIOR PRODUTOR MUNDIAL	2º MAIOR PRODUTOR MUNDIAL	2º MAIOR PRODUTOR MUNDIAL
Exportação	MAIOR EXPORTADOR MUNDIAL	MAIOR EXPORTADOR MUNDIAL	MAIOR EXPORTADOR MUNDIAL	MAIOR EXPORTADOR MUNDIAL	MAIOR EXPORTADOR MUNDIAL	MAIOR EXPORTADOR MUNDIAL
Share Mundial (exportação)	58,2%	30,8%	75,8%	48,2%	35,5%	24,6%

Fonte: CNA (2024).

Indo ao encontro dos dados expostos, o Brasil se coloca, então, como o terceiro maior exportador mundial de produtos agropecuários, gerando aproximadamente USD 150,1 bilhões, atrás apenas da União Europeia e Estados Unidos (TradeMap, ITC, 2023). Esse cenário em muito se deve ao fato de a produção agropecuária brasileira ter tido um crescimento de 15,1% em 2024, quando comparada em relação ao ano anterior; esse crescimento foi o maior de uma série histórica pesquisada desde 1995. Culturas como a soja e o milho tiveram aumentos recordes de produção sendo eles de 27,1% e 19,0% respectivamente. (Mesquita, 2024; IBGE, 2024).

Os dados confirmam as projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2024) que traziam uma tendência de crescimento da agroprodução nacional. O Gráfico 1 demonstra uma tendência de crescimento do setor até 2034, conforme o documento o crescimento será de 26% na produção até o ano estimado.

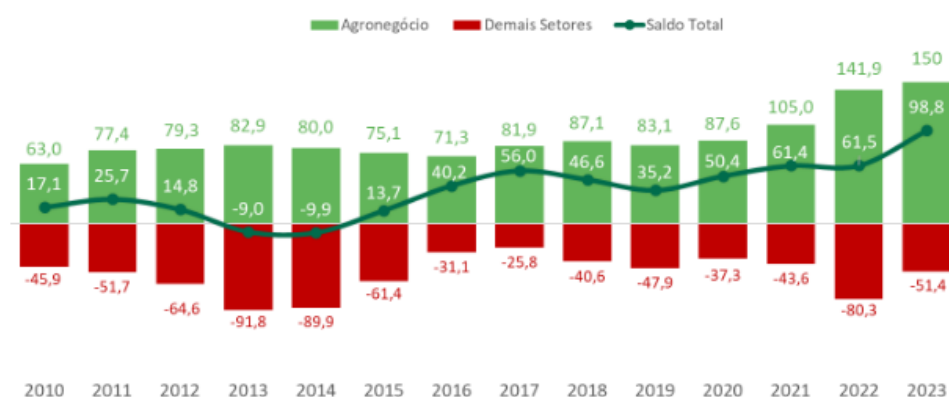
Gráfico 1: Projeções de crescimento de produção e áreas cultivadas até 2030/34.



Fonte: MAPA (2024).

Ainda no documento supracitado podemos encontrar a projeção de área plantada com lavouras, que será de aproximadamente 93 milhões de hectares até 2034. O panorama produtivo apresentado até então se evidencia como atrelado ao modelo agroexportador dito hegemônico em nível nacional, o qual se reflete em um olhar mais voltado ao comércio exterior do que propriamente para garantias de abastecimento ao mercado interno brasileiro. Isso é demonstrado quando, em relação ao comércio internacional, 49% das exportações brasileiras, em 2023 foram oriundas da produção agropecuária. No Gráfico 2 se pode observar a balança comercial brasileira, com dados de 2010 até 2023 e, de acordo com o exposto, percebe-se que o superávit comercial da agroexportação brasileira tem mais que superado o déficit comercial dos outros setores da economia do país, e garantido sucessivos resultados positivos (CNA, 2024).

Gráfico 2: Balança comercial brasileira de 2010 até 2023



Fonte: CNA, 2024.

Por outro lado, conforme expuseram Rosa Neto, Silva e Araújo (2020), é na produção oriunda da agricultura familiar¹ que se encontra diversidade de alimentos e o que mais se aproxima de uma oferta que garanta segurança alimentar e nutricional. Os dados expostos pelos autores demonstram que a agricultura familiar é protagonista na produção e oferta de quatorze produtos² (cereais, tubérculos, hortaliças, frutas e proteína animal) que “colorem” os pratos brasileiros, sendo esse grupo social por produzir, em média, 42,0% dos produtos listados. Além disso, é essa mesma agricultura familiar que é a oitava maior produtora de alimentos do mundo e contribui com a dinamização econômica do país, pois responde por 40% da renda da população economicamente ativa e a dinamização econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, que representam 68% do total (CONTAG, 2023).

Além disso, é na agricultura familiar que se evidenciam os preceitos de uma agricultura sustentável interligada a segurança alimentar, formando base para um sistema alimentar global resiliente e equitativo. À medida que a população mundial continua a crescer, alcançando projeções de quase 10 bilhões até 2050, o desafio de produzir alimentos suficientes de maneira sustentável torna-se cada vez mais crítico. Este desafio não é apenas sobre produzir mais, mas sim sobre fazer isso de forma que preserve os recursos naturais, promova a equidade social e minimize os impactos ambientais negativos. Portanto, uma agricultura sustentável integra três

¹ Grupo social responsável por cerca de 77,0% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e detendo quase 67,0% do pessoal ocupado (IBGE, 2024b), logo, sendo a “força motriz” da produção de alimentos no Brasil e que, muitas vezes e historicamente fica às margens das ações estatais em prol da promoção de processos de segurança alimentar e nutricional no país.

² Arroz, feijão, milho, soja, trigo, mandioca, café, banana, abacaxi, açaí, alface, pimentão, leite de vaca e ovos.

principais objetivos: a saúde ambiental, a rentabilidade econômica e a equidade social. Isso significa implementar práticas agrícolas que mantenham a saúde do solo, conservem a água, reduzam a necessidade de insumos químicos e promovam a biodiversidade (UNICEP, 2024).

Diante dessas informações, se pode perceber que o Brasil enfrenta uma controvérsia. Nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no mundo, observou-se um aumento da fome e da insegurança alimentar, que se agravaram especialmente com a pandemia de Covid-19, em 2020, e, no caso de países como o Brasil, com as desregulamentações de governos recentes. Em meio a esse cenário, o agronegócio brasileiro, que continua acumulando recordes de exportação e faturamento, se coloca como o responsável por “alimentar o mundo” e por garantir a “segurança alimentar global”, em um discurso que em muito se assemelha com a construção internacional do conceito e os debates em torno da necessidade de desenvolvimento dos países, associando a segurança alimentar com o crescimento econômico e o comércio agrícola mundial – porém, ficando clara uma contradição entre produção e segurança alimentar. Sendo assim, ao mesmo tempo em que o país se beneficia de supersafras e do aumento da produtividade da agricultura, parcela significativa de sua população convive com os problemas da fome e da insegurança alimentar, como será possível observar na unidade a seguir (Maciel et. al., 2022; Gibson, 2024).

4. Situando o debate sobre (in)segurança alimentar e nutricional

Em primeira instância, é de suma importância situar o entendimento acerca da segurança alimentar e nutricional para os encaminhamentos deste trabalho. Em tal sentido deve-se delinear o fato de que o conceito de segurança alimentar é polissêmico e vem sofrendo transformações ao longo do tempo, no entanto, tem um marco conceitual como uma condição na qual as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que satisfaçam as suas necessidades alimentares e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável (ONU, 1996).

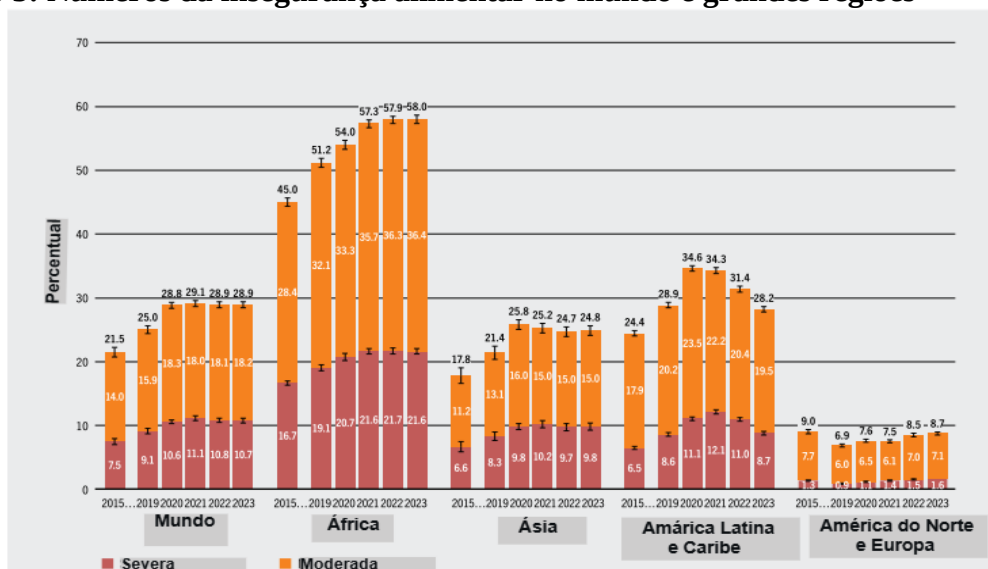
Em um recorte temporal mais recente, se amplia a definição para Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como sendo a garantia do direito de todos ao acesso contínuo e suficiente a alimentos de qualidade, que atendam às necessidades nutricionais sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (CONSEA, 2004). Dessa forma, essa definição também valoriza hábitos alimentares saudáveis, respeitando a diversidade cultural, e promove práticas que sejam ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas, logo, sustentáveis. Portanto, qualquer indivíduo deve ter o direito ao acesso a uma alimentação saudável sem a necessidade de comprometer outras necessidades básicas; entretanto, na realidade, a segurança alimentar e nutricional ainda é distante para muitas famílias, tanto no Brasil quanto no mundo.

Feito o “recorte” conceitual acerca de SAN, é pertinente uma discussão acerca dos números inerentes ao seu escopo. Globalmente, e em termos comparativos e contextuais para este trabalho, nos últimos três anos, a fome global está estagnada em níveis consideravelmente altos, sendo 36% maior que há uma década, significando que um terço das pessoas no mundo não consegue acessar uma dieta saudável e nutritiva, como consequência disso enfrentam a falta de alimentos saudáveis ou a incerteza de uma refeição que atenda as demandas nutricionais (IPES-FOOD, 2024).

Em tal sentido, se estima que 28,9% da população global se encontra em situação de insegurança alimentar, o que corresponde a aproximadamente 2,33 bilhões de pessoas, sendo 18,2% em situação de insegurança alimentar moderada e 10,7% em situação de insegurança alimentar severa. Estes números permanecem significativamente acima dos níveis pré-pandemia, sem mudanças significativas nos últimos quatro anos (FAO, 2024). Entretanto, é

possível observar que os níveis de insegurança alimentar na América Latina e Caribe diminuíram (Gráfico 3).

Gráfico 3: Números da insegurança alimentar no mundo e grandes regiões



Fonte: Tradução própria a partir de FAO (2024).

Silva (2022) aponta que o cenário demonstrado é resultado da ação dos sistemas predominantes de produção, originados de uma lógica capitalista produtivista, impactando em diversos aspectos que moldam a sociedade contemporânea, gerando consequências diretas sobre o tecido social. Dentro desse contexto, o autor destaca o sistema alimentar, estabelecido como predominante, e seus processos relacionados à produção, consumo e comercialização de alimentos. Além disso, enfatiza que esse sistema envolve diversos fatores ligados à segurança alimentar e nutricional, abrangendo também aspectos sociais e ambientais. Em tal aspecto, se pode depreender “sinais” acerca da situação brasileira na qual se tem produção, tem exportação e, no entanto, uma fatia da população vive em insegurança alimentar e nutricional.

Goldfarb e Junior (2024) afirmam que a produção agroexportadora, somada a reduções de regulação estatal, como no abastecimento de alimentos por exemplo, é responsável pelo aumento da vulnerabilidade alimentar da população, pois qualquer elevação no preço dos alimentos tem impacto direto no aumento da fome ou risco de fome para a população. Para Thomas, Lammert e Beverly (2021) a insegurança alimentar é um problema resultante de diversas causas, sendo associado à baixa renda, a custos de habitação e a taxas de desemprego mais elevadas.

No mesmo *métier* dos autores anteriores, emanam explicações nas quais a influência dos sistemas agroalimentares ditos hegemônicos sobre a sociedade também tem refletido em um conjunto de normas que não tem considerado a inserção de boa parte dos alimentos da agricultura familiar em determinados mercados. Oliveira (2024), argumenta que a privação de alimentos é a maior expressão das desigualdades atualmente na sociedade, pois ela afirma que a fome fere a dignidade humana expondo a iniquidade de uma sociedade onde quem controla são os interesses da minoria detentora dos meios de produção, além do seu sistema alimentar predatório e excludente, para autora a alimentação é um complexo social específico, determinado pelo sistema alimentar.

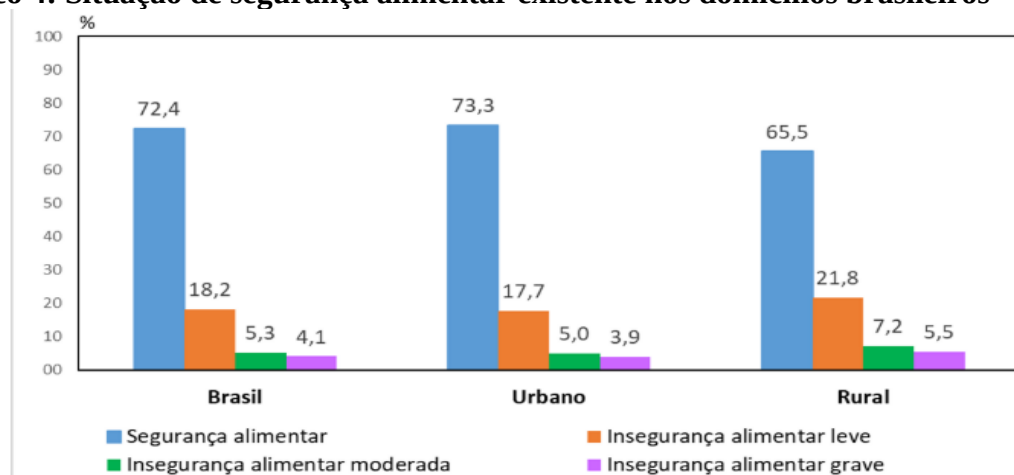
Em tal escopo, variados são os atores sociais que se mostram como interessados e responsáveis por manter esse *status quo*. As empresas, por exemplo, têm moldado as instituições, as políticas que regem os sistemas alimentares e à medida que se tornam

transnacionais de alimentos e crescem cada vez mais, sua capacidade de definir a agenda está aumentando ao convencer os governos de que devem estar no centro de qualquer discussão sobre o futuro dos alimentos (IPES-Food, 2023; Lopes *et. al.*, 2024). Ploeg (2008) define esse modelo como o de impérios alimentares, no qual são basilares o encadeamento longo e os mercados globalizados, geralmente operacionalizados pelos grupos do agronegócio, da indústria e das grandes redes varejistas. É importante entendermos que as dietas e os sistemas alimentares estão conectados, visto que a dieta compreende os alimentos ingeridos por um indivíduo, escolhidos entre os disponibilizados pelo sistema alimentar – incorrendo em segurança ou insegurança alimentar e nutricional (Marchioni, 2024).

5. Compreendendo e discutindo a situação brasileira: uma construção a partir da produção agropecuária e da segurança alimentar e nutricional

Os números demonstram mudanças nos patamares de segurança alimentar e nutricional no Brasil. A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF de 2017/2018 (IBGE, 2024) demonstra que 63,3% dos domicílios brasileiros estavam em situação de segurança alimentar. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua (IBGE, 2024) demonstrou, conforme observado no Gráfico 4, que, no quarto trimestre de 2023, o Brasil tinha 72,4% de residências em situação de segurança alimentar. Isso significa que em 56,7 milhões de domicílios as pessoas conseguem acessar uma dieta com alimentos em quantidade e qualidade desejáveis. No entanto, apesar de os números demonstrarem melhorias em termos situacionais, 21,6 milhões de domicílios ainda enfrentavam algum nível de insegurança alimentar, isso representa 27,6% dos domicílios particulares brasileiros (Ferreira, 2024).

Gráfico 4: Situação de segurança alimentar existente nos domicílios brasileiros



Fonte: IBGE (2024).

Ainda analisando-se os dados demonstrados no Gráfico anterior, se depreende que 18,2% dos domicílios brasileiros enfrentam insegurança alimentar leve, 5,3% dos domicílios brasileiros encontravam-se em insegurança alimentar moderada, enquanto 4,1% dos domicílios brasileiros estavam em insegurança alimentar grave. Em termos nominais, esses dados indicam que cerca de 3,2 milhões de domicílios passaram por privação quantitativa, isso quer dizer que não ingeriram quantidades suficientes para considerá-los em situação de segurança alimentar. Além disso, fica nítido que os indivíduos que ocupam a área rural são os que enfrentam maiores dificuldades em relação a uma dieta saudável e nutritiva, sendo que o número de pessoas em situação de segurança alimentar é menor em relação a população urbana e os números de

insegurança alimentar são maiores, sendo 34,5% dos domicílios enfrentando algum tipo de insegurança alimentar (IBGE, 2024). Trivelatto *et. al.* (2019) identificaram que esse cenário é de corrente de fatores socioeconômicos estruturais da população rural brasileira.

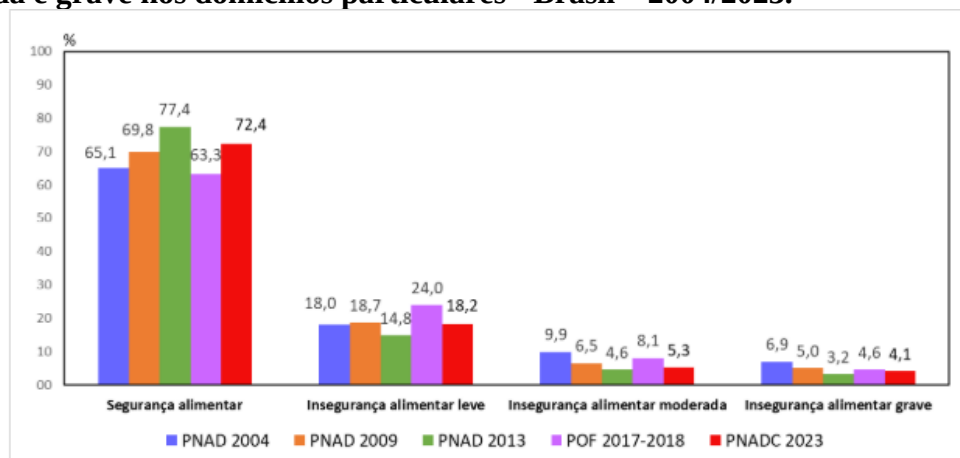
Portanto, já se evidencia um questionamento: como pode o “país do agro” que, teoricamente, tem sua produção agropecuária como expoente da pujança rural ter exatamente na população desse recorte espacial (rural) os maiores níveis de insegurança alimentar? Tudo indica, então, que além de termos problemas quanto ao modelo de produção predominante e de maior publicidade, os problemas de acesso e distribuição aos alimentos em quantidade e qualidade ainda são presentes, especialmente no meio rural.

Dentre a proporção de domicílios que registraram situação de insegurança alimentar moderada ou grave, a pesquisa apontou 9,4% em 2023, recuando 3,3% em relação à POF 2017-2018 (12,7%), mas ainda 1,6% acima da PNAD 2013, que era de 7,8% (IBGE, 2024). Dessa forma, fica evidente que, apesar de melhoras, o país apresenta desigualdades regionais que refletem nos números da insegurança alimentar e nutricional.

Expandindo as análises, na mesma pesquisa citada, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil apresentaram percentuais de insegurança alimentar grave superiores em comparação com o restante do país, a região Norte apresentou 7,7%, a região Nordeste apresentou 6,2% e a região Centro-Oeste apresentou 3,6%. Já as regiões Sul e Sudeste apresentaram 2,0% e 2,9% de domicílios em situação de insegurança alimentar grave, respectivamente (IBGE, 2024a). Tais números revelam como as desigualdades regionais afetam diretamente o acesso aos alimentos e consequentemente na segurança alimentar, tais percentuais revelam ainda que esse cenário de concentração de insegurança alimentar permanece desde as pesquisas anteriores realizadas em 2004, 2009, 2013 e na POF 2017-2018 (IBGE, 2024).

O Gráfico 5 (IBGE, 2024a) demonstra, então, uma conjuntura de pesquisas acerca dos níveis de segurança alimentar no Brasil. A partir disso, podemos detectar que, em média, nos últimos 20 anos, os domicílios brasileiros apresentam 69,6% como estando em níveis de segurança alimentar. Os domicílios que se encontram em insegurança alimentar leve, no mesmo período, são, em média, 18,74%, enquanto os em insegurança alimentar moderada ficam na média de 6,88% e os domicílios em patamares de insegurança alimentar grave são, em média, 4,76%.

Gráfico 5 - Evolução da prevalência de segurança alimentar e insegurança alimentar leve, moderada e grave nos domicílios particulares - Brasil – 2004/2023.



Fonte: IBGE (2023).

Analisando-se os dados expostos no gráfico supracitado, não se pode furtar o fato do

contexto político no período de análise que apresenta os piores resultados em termos de insegurança alimentar (2017-2018). Os dados endossam os argumentos apresentados por Gibson (2024) ao dissertar que, nos últimos dois governos, anteriores ao atual, que começou em 2023, o Brasil foi marcado por um cenário caracterizado pelo desmonte acelerado da institucionalidade e das políticas públicas para garantia da segurança alimentar e nutricional. Este processo, que ganhou uma nova lógica com o governo de Michel Temer (2016-2018) e se intensificou no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), incluiu medidas como a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2019, e a descontinuidade na realização das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSANs).

Gibson (2024) ressalta, ainda, que se observou o desmantelamento de políticas públicas voltadas à promoção da SAN e de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Cisternas. Para a autora, com a volta de Lula à presidência em 2023 começou a reverter esse processo, com o problema da fome sendo posto novamente no centro da agenda de governo, e espaços como o CONSEA e as CNSANs sendo retomados.

De acordo com o último relatório sobre o estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no mundo – SOFI – (ONU, 2024), houve uma redução expressiva de 85% na insegurança alimentar severa no Brasil a partir de 2023, o que endossa os argumentos mobilizados anteriormente. O número de pessoas nessa condição caiu de 17,2 milhões para aproximadamente 2,5 milhões, indicando uma significativa melhora no cenário nacional e que acabou impulsionando as melhorias em níveis de América Latina e Caribe.

Tais resultados podem estar relacionados com uma série de políticas públicas e ações aplicadas, como o plano Brasil Sem Fome, que inclui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que adquire alimentos da agricultura familiar para repassar a pessoas em situação de insegurança alimentar, e ainda o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que também adquire alimentos provenientes da agricultura familiar para o preparo da merenda escolar. Ambos fazem parte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), composta por 24 Ministérios, propôs 80 ações e programas, com mais de 100 metas, para promover a segurança alimentar e nutricional (Brasil, 2024b).

Oliveira (2024) afirma que em 2006 foi criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN – (Brasil, 2006), esse sistema é intersetorial voltado para a participação social na execução e monitoramento de políticas de segurança alimentar. Dez anos desde sua criação, todos os estados brasileiros já aprimoravam o sistema, mesmo que em diferentes níveis de avanços na implementação e formulação dos planos de segurança alimentar.

Em 2016, a Assembleia Geral da ONU distribuiu a Década de Ação pela Nutrição, o Brasil assumiu o compromisso com a Década de Ação pela Nutrição, contudo entre 2019 e 2022 o debate foi esquecido, os avanços foram poucos em relação às metas previstas anteriormente, além de um desmonte significativo de políticas públicas voltadas para a área. É possível observar que quando há investimento em programas de segurança alimentar, a fome diminui, quando há cortes e crises, a fome volta a crescer (Oliveira, 2024).

Cabe lembrar que 32 milhões de brasileiros sofriam com a fome na década de 1990. Para dirimir este problema a implantação de políticas públicas de fomento à agricultura familiar no País foi uma das ações mais eficazes. Desde 2015, os recursos destinados a tais políticas reduziram drasticamente, gerando descontinuidade no fornecimento de alimentos a entidades e usuárias(os) dos programas, perdas na renda de agricultoras(es) e insegurança alimentar, situações agravadas com a pandemia de Covid-19 (Leite; Leite, 2022).

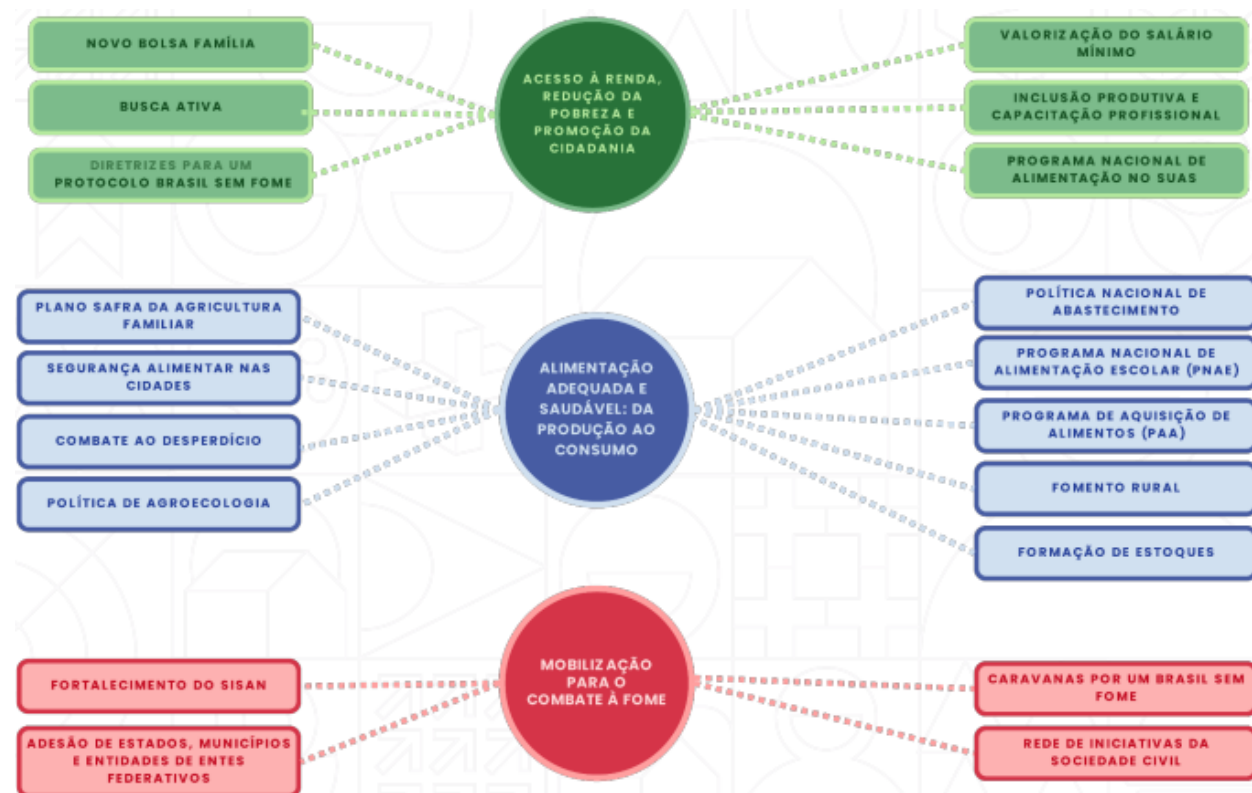
Maluf *et. al.* (2015) corroboram com o exposto quando exploram as possibilidades da

abordagem sobre agricultura sensível à nutrição no contexto dos programas e ações de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil analisando os elos entre agricultura e nutrição tendo em conta o marco conceitual da perspectiva e suas correlações com as estruturas institucionais e o desenho dos programas nessa área. Os autores destacam as diferenças entre os modos de promover uma agricultura sensível à nutrição por meio dos programas de aquisição de alimentos dos agricultores familiares, experiências de agroecologia e programas de biofortificação e extraem lições da experiência brasileira quanto às vantagens da agricultura familiar, dos circuitos curtos de produção, distribuição e consumo e na promoção do acesso a uma dieta não custosa, diversificada e adequada em termos nutricionais.

No entanto, o trabalho de Maluf et al. (2015) demonstra o forte papel do Estado nas iniciativas, haja vista que foca no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como elos promotores entre agricultura e nutrição e em termos específicos de produção, exaltam o programa de biofortificação de alimentos promovido pela estatal Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Esta forte dependência institucional pode ser um indicativo da fragilidade na qual se insere a relação entre produção agrícola e nutrição no Brasil, dado que ficam mais em caráter governamental do que em políticas de estado efetivas.

Cabe ressaltar que uma das tentativas atuais em vigência em nível nacional está no plano Brasil sem Fome, que tem como metas o aumento da renda disponível para a compra de alimentos, a inclusão em políticas de proteção social, a ampliação da produção e o acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis, além da mobilização de governos, poderes públicos e sociedade civil para integrar esforços e iniciativas nesse sentido (Brasil, 2024c). Na Figura 2 são demonstrados os elementos constituintes do atual “Brasil sem Fome”.

Figura 2 - Programas estratégicos do plano Brasil Sem Fome



Fonte: Brasil (2024c).

Em termos otimistas, Meza (2024) aponta que essas iniciativas confluem para um cenário de erradicação de inseguranças no Brasil, haja vista que para que um país saia da fome tem que ter uma subalimentação, ou seja, um nível de fome, igual ou inferior a 2,5%. O Brasil, no período 2021-2023, apresenta um valor de 3,9% de média móvel, estando muito próximo de 2,5%, o valor para que o país saia do mapa da fome. Ainda de acordo com Meza (2024), a erradicação da fome deve ser realizada em fases, priorizando uma alimentação adequada garantindo a segurança alimentar. Em tal escopo, mais uma vez, se destaca a agricultura familiar como sendo imprescindível no combate à fome (Brasil, 2024d).

Portanto, e por fim, ficam evidentes as intrincadas questões que permeiam o paradoxo entre produção agropecuária e segurança alimentar e nutricional em nível de Brasil. Parece necessário não “perder de vista” construções como as já feitas por Schneider, Cruz e Matte (2016) quando refletiram sobre o papel no Estado, do mercado e da sociedade civil no sentido de promover as mudanças requeridas no sistema agroalimentar brasileiro. Nesse sentido, ao mesmo tempo que os alimentos assumem relevância fundamental nas sociedades, no que se refere ao planejamento urbano eles continuam invisíveis. Por isso, é positivo que, para os consumidores, para a sociedade, os alimentos não sejam invisíveis, mas, sim, que sejam considerados parte importante de suas relações e opções de consumo.

No mesmo mote, e em um país no qual as políticas de Estado ficam à mercê das políticas de siglas partidárias que ora flertam com a irracionalidade do liberalismo total e ora se aproximam de agendas progressistas, é imprescindível que a sociedade como um todo se aproprie da pauta de produção e consumo de alimentos e do sistema alimentar predominante. Schneider, Cruz e Matte (2016) defendem, então, que novos movimentos sociais são indispensáveis e fundantes de possibilidades de um novo sistema de governança.

Contudo, para além de apostar todas as expectativas em um único ator e, mais do que isso, responsabilizar a sociedade civil ou os consumidores já que o Estado estaria em crise, vale considerar que a construção de alternativas não é prerrogativa de um único ator social: não é apenas o Estado, ou o mercado, ou a sociedade civil que, de modo independente, poderão responder aos limites, propor e construir alternativas ao setor agroalimentar. Esse triângulo precisa encontrar formas de interação, mas, em especial, Estado e sociedade civil poderiam, proficuamente, retroalimentar iniciativas e estratégias voltadas para superar os limites do atual sistema agroalimentar. Para Silva (2022), essa dependência institucional pode indicar a fragilidade da relação entre produção agrícola e nutrição no Brasil, uma vez que ela tende a ser mais voltada para ações governamentais do que para políticas de estado duradouras e efetivas.

E nesse mesmo sentido, cabe o destaque derradeiro aos “avisos” claros no trabalho de Marques (2024). A autora demonstra que entre 1994 e 2022, prevaleceram as propostas parlamentares enquadradas na categoria “produção”, isto é, que se referem à infraestrutura da cadeia produtiva e ao estímulo à restrita produção agropecuária. Este enfoque no modelo agroexportador, por exemplo, foi amplamente debatido em partidos de direita e extrema-direita, e menos nos de esquerda. Para a autora, essa abordagem está ligada à crença de que a maior produção solucionaria o problema da fome. O que não corresponde à realidade.

Marques (2024) ainda pontua que o fato de o Brasil ser um país agroexportador também reforça essa discrepância. Haja vista que no contexto político-governamental ao longo dos últimos tempos as categorias menos citadas nas propostas foram: acesso, que diz respeito ao preço dos alimentos e à renda; sustentabilidade, que trata sobre a manutenção da capacidade produtiva ligada à proteção ambiental; e agência, em que se propõem formas de participação civil e de empoderamento de grupos minoritários. E, além disso, a autora enfatiza o legado de Herbert de Souza – o Betinho –, que defendia a ideia de que “a alma da fome é política”.

6. Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo explorar o paradoxo brasileiro de um país que se destaca internacionalmente como grande produtor e exportador de produtos agropecuários, apresenta uma força de produção de alimentos em sua agricultura familiar, mas ainda enfrenta desafios significativos na garantia do acesso à alimentação em quantidade e qualidade para toda a população. Para construir e suscitar as reflexões necessárias ao atingimento de tal objetivo, este trabalho se pautou em uma pesquisa de cunho bibliográfico.

Por meio da pesquisa, fica evidente que o Brasil possui um setor agropecuário fortalecido e com expressivo crescimento da produção e das exportações, principalmente de commodities como soja, café, carne bovina e suco de laranja. Apesar disso, a concentração fundiária e o modelo de produção voltado para o mercado externo limitam o impacto positivo dessa expansão sobre a segurança alimentar interna. O cunho meramente produtivista de muitas políticas públicas se mantém intacto ao perpassarem governos distintos e o chamado agronegócio brasileiro parece intocável.

No entanto, a agricultura familiar, que historicamente enfrenta dificuldades de acesso a crédito, infraestrutura e políticas públicas que garantem maior competitividade no abastecimento do mercado interno, demonstram uma maior vulnerabilidade, mesmo sendo o grupo social que protagoniza a produção de alimentos alinhados com as perspectivas de segurança alimentar e nutricional. Além disso, a insegurança alimentar persiste em diversos segmentos da população, sobretudo em regiões rurais com maior vulnerabilidade social e que, certamente afetam também esse grupo social. Neste cenário, o paradoxo produção agropecuária e segurança alimentar e nutricional no Brasil se materializa.

Ainda que a produção de commodities seja bastante lucrativa para o país, ela não demonstra grande contribuição para suprir as necessidades alimentares da população internamente. Ademais, o incentivo às monoculturas reduz a diversidade de oferta de alimentos no mercado interno. Consequentemente, isso pode elevar os preços dos alimentos básicos, como arroz, feijão e hortaliças, por exemplo, e impactar negativamente o acesso das famílias de baixa renda a uma alimentação adequada, ainda que isso seja um direito de todos.

Em tal sentido, um sistema alimentar que se mostra voltado ao modelo agroexportador, se mostra frágil em momentos de crise. Os estudos demonstram que durante a pandemia, o acesso a alimentos ficou escasso para uma parcela da população, bem como o quanto esse modelo dito dominante se mostra pouco eficiente em mitigar as pressões de outra crise: a climática. Haja vista que o setor agroalimentar responde por cerca de um terço da emissão de gases de efeito estufa, contribuindo diretamente para a intensificação das mudanças climáticas, além dos resultados, como já demonstrado, nem sempre positivos em termos de segurança alimentar e nutricional.

O trabalho demonstra, também, que comer é um direito e também um ato político, pois as escolhas alimentares estão ligadas a estruturas sociais, econômicas e políticas. Ao analisar os níveis de insegurança alimentar no Brasil ao longo dos anos, é possível correlacioná-los com as políticas públicas envolvidas. A criação de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família (2003), políticas de valorização do salário-mínimo e incentivo à agricultura familiar, por meio de programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), são estratégias fundamentais nesse cenário. Frente a isso, é fundamental que essas ações se tornem consolidadas enquanto políticas públicas de Estado e não políticas governamentais.

De acordo com as evidências encontradas, é possível aprofundar as análises em pesquisas futuras e ampliar a compreensão acerca dos desafios da insegurança alimentar no

Brasil. Para isso, estudos futuros podem se concentrar em diferentes eixos. Um dos aspectos fundamentais a ser explorado é o impacto das políticas públicas na redução da insegurança alimentar e nutricional, por meio da investigação sobre sua continuidade e ampliação ao longo dos próximos anos. Outro ponto de destaque é a agricultura familiar e sua relação com a sustentabilidade, sendo necessário aprofundar a análise sobre os desafios enfrentados pelos pequenos produtores diante da concentração fundiária e do avanço das monoculturas.

6. Referências

BRASIL. Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRASIL. **25 de julho**: Dia Internacional da Agricultura Familiar. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, 25 jul. 2024a.

BRASIL. **Brasil sem fome**. Gov.br, Brasília, 2024b.

BRASIL. **Mapa da fome da ONU**: insegurança alimentar severa cai 85% no Brasil em 2023. Gov.br, Brasília, 12 jul. 2024c.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**. Insegurança alimentar severa cai 85% no Brasil em 2023, conforme dados extraídos de Relatório da ONU sobre a Insegurança Alimentar Mundial (SOFI 2024). [Brasília]: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 24 jul. 2024d.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA. **Panorama do agro**. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG. **Anuário estatístico da agricultura familiar – 2023**. 2023.

CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Ipea.gov.br, 2004.

EMBRAPA. **Crescimento e intensificação da produção agrícola brasileira**. *Embrapa.br*, 2024.

FERREIRA, J. **Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023**. IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2024.

FLEXOR, G.; KATO, K.; LEITE, S. P. **Transformações na agricultura brasileira e os desafios para a segurança alimentar e nutricional no século XXI**. FIOCRUZ - Textos para Discussão, Rio de Janeiro, n. 82, p. 1-50, fev. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. **Report of the world food summit: 13–17 1996**. Roma, Itália, 1996.

_____. **The state of food security and nutrition in the world 2024:** financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms. Roma: FAO, 2024.

GIBSON, M. L. **O agronegócio brasileiro:** em prol da (in)segurança alimentar mundial. Dissertação de mestrado, CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro - RJ, 2024.

GOLDFARB, Y.; JUNIOR O. A.; RIBEIRO, J.; SOUZA, J. R. Segurança alimentar. **Diálogos Socioambientais**, p. 17-21 São Paulo, v. 7, n. 18, abr. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Segurança alimentar:** 2023. IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2024a.

_____. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos.** Biblioteca IBGE, 2024b.

IPES-FOOD. **Escassez de terras:** Quem está influenciando a balança? Ipes-food.org, 2023.

IPES-FOOD. **Escassez de terras:** O que está causando pressões sem precedentes sobre as terras agrícolas globais e o que pode ser feito para alcançar acesso equitativo à terra? Ipes-food.org, 2024.

LEITE, M. L. S.; LEITE, J. F. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. **R. Katál.**, Florianópolis, v.25, n. 3, p. 528-538, set.-dez. 2022

LOPES, M. C. A. Entre o “Agro Pop” e a Agricultura Familiar: um breve retrato do cenário agroalimentar brasileiro. **Grifos**, Chapecó, v. 33, n. 61, 2024.

MACIEL, M. D. A.; TROIAN, A.; VASCONCELOS de O. S. Brasil do agro, país da fome: pensando estratégias para o desenvolvimento sustentável. **Espacio Abierto**, Maracaibo, v. 31, n. 3, p. 23-41, set. 2022.

MALUF, R. S., *et. al.* Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2303-2312, 2015.

MARCHIONI, D. M. L.; JUNIOR O. A.; RIBEIRO, J.; SOUZA, J. R. Segurança alimentar. **Diálogos Socioambientais**, p. 17-21 São Paulo, v. 7, n. 18, abr. 2024

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, I. P. **Segurança alimentar e nutricional na agenda eleitoral:** uma análise das propostas de governo nas eleições presidenciais, de 1994 a 2022. *Dissertação de Mestrado.* PGDREDES/UFRGS. Tramandaí – RS, 2024.

MESQUITA, I. **Crescimento da economia brasileira é impulsionado pela alta de 15% da agropecuária em 2023.** [Brasília]: Ministério da Agricultura e Pecuária, 1 mar. 2024.

MEZA, J. FAO: “Brasil está próximo de deixar Mapa da Fome”. ONU News – Perspectiva Global Reportagens Humanas, Brasil, 7 ago. 2024.

MORGAN, K.; MARSDEN, T.; MURDOCH, J. **Worlds of food: place, power and provenance in the food chain.** Oxford Geographical and Environmental Studies. UK: Oxford University Press, 2006.

MOURA, B. F. **Agricultura familiar é a oitava maior produtora de alimentos do mundo.** Agência Brasil, 26 jul. 2023.

NASCIMENTO, S. G. S. Produção agroecológica e segurança alimentar e nutricional (Brasil). **Revista de Ciências Agrárias**, Portugal, v. 42, n. 1, 2019.

OLIVEIRA, M. R. M.; Hunger, undernutrition, and other forms of malnutrition from the perspective of achieving human rights: A critical essay. n37:e230118. **Rev Nutr**, 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **World trade statistical review 2023.** 2023.

PEREIRA, N.; FRANCESCHINI, S.; PRIORE, S. Qualidade dos alimentos segundo o sistema de produção e sua relação com a segurança alimentar e nutricional: revisão sistemática. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 4, p. e200031, 2020.

PLOEG, J. D. v. d. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Tradução de Rita Pereira. Ed. UFRGS. Porto Alegre, 2008.

RODRIGUES, I. O.; CASTILLO, R. A. **Agronegócio e segurança alimentar: a produção de alimentos para o mundo e para o lugar** – uma análise a partir de municípios do Oeste da Bahia. In: *XXIX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNICAMP*, 2021, Campinas. Anais eletrônicos... Campinas: Galoá, 2021.

ROSA NETO, C.; SILVA, F. A. C.; ARAÚJO, L. V. **Qual é a participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e em Rondônia?** EMBRAPA Notícias, 8 set. 2020.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica** – a construção do conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHNEIDER, S.; CRUZ, F. T.; MATTE, A. Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e para o meio rural. In: CRUZ, F. T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. **Produção, consumo e abastecimento de alimentos** – desafios e novas estratégias. UFRGS. Porto Alegre – RS, 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, A. da; **Agricultura sensível à nutrição: situando e discutindo a perspectiva e algumas experiências.** In: 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2022, Natal (RN). Anais..., Natal: UFRN, 2022.

STRASSBURG, U. *et. al.* Produção rural e segurança alimentar no Brasil. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 1, p. 55-81, 2015.

SUTTON, W. R.; LOTSCH, A.; PRASANN, A. **Recipe for a livable planet - achieving net zero emissions in the agrifood system**. Washington, DC: World Bank, 2024.

THOMAS, M. K.; LAMMERT, L. J.; BEVERLY, E. A. Food insecurity and its impact on body weight, type 2 diabetes, cardiovascular disease, and mental health. **Current Cardiovascular Risk Reports**, v. 15, n. 9, 2021.

TRIVELLATO, P. T.; MORAIS, D. de C.; LOPES, S. O. Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 3, p. 865-874, 2019.

UNICEF. **Agricultura sustentável e segurança alimentar**: qual a relação entre ambas? UNICEF.unicep.edu.br, 08 abr. 2024.